

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



(11) 95675-2133

Nº 24

01/03 a 31/03 de 2023

R\$ 2,00

PRIVILÉGIOS CONTINUAM E OS AVANÇOS SOCIAIS SÃO MÍNIMOS



3 Os DESAFIOS DA
JUVENTUDE

4 GOVERNO LULA: E OS
AVANÇOS?

5 ANDES SE DESFILIA
DA CSP-CONLUTAS

6 REVOGAR O NOVO
ENSINO MÉDIO!

7 ESPANHA: MULHERES E POPULAÇÃO
TRANS CONQUISTAM DIREITOS

O CAPITALISMO E AS TRAGÉDIAS

As fortes chuvas que caíram na região, inundações e os desabamentos e deslizamentos. A tragédia que já tirou a vida de mais de 65 pessoas no litoral norte paulista e deixou mais de 4 mil desabrigadas, não parece estar no fim.

Vimos recentemente inúmeras mortes em fortes chuvas, enchentes, desabamentos e deslizamentos em Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e agora São Paulo. Fica cada vez mais evidente que é uma rotina que os governos, os capitalistas e os especuladores imobiliários estão dispostos a bancar todos os anos.

Botar culpa na natureza é jogar o problema para debaixo do tapete. As manifestações da natureza são consequências da produção capitalista que é cada vez mais destrutiva.

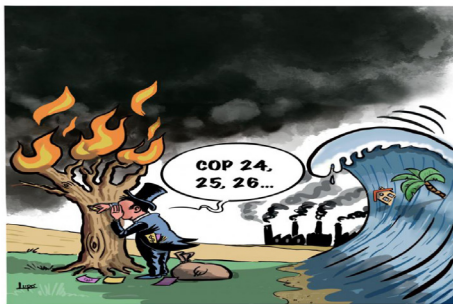
Fazem isso em nome da ganância e dos lucros, priorizando a conservação de áreas dos ricos e empurrando os trabalhadores e povo pobre para morar em áreas de risco, sem saneamento básico e com moradias precárias que colocam em risco a vida de famílias inteiras. Aproximadamente 4 milhões de pessoas vivem em área de risco no Brasil. É lamentável,

mas novas tragédias virão.

Também não podemos esquecer a demagogia dos governos, que não garantem as medidas elementares de prevenção de tragédias anunciadas como essa, nem contra a fome, a pobreza e a falta de moradias, demagogia sustentada pela grande mídia.

Muito além de um desastre anunciado, o que vemos é um desastre que poderia não ter as consequências trágicas que teve, se a vida não fosse comparável à mera mercadoria.

É necessário que os governos (municipal, estadual e federal) garantam moradias adequadas e seguras para todas as pessoas que precisam, garantindo a preservação da natureza, mas que sejam em lugares com acesso de transporte coletivo, saneamento básico, serviços públicos e todo o mais necessário.



VINHO TINTO DE SANGUE

Acena de pessoas trabalhando sob chicote, com restrição à alimentação e quando tinham era estragada, salário insuficiente até para o mais básico, dormindo em condições precárias logo remete ao passado escravagista do Brasil e de vários países. É isso que as pessoas com um pé na realidade vão dizer, mas na lei brasileira aparece com o pomposo nome de "condição análoga à escravidão". É uma forma de livrar empresários da cadeia.

Nos últimos dias foram flagradas várias

empresas utilizando força de trabalho escrava, entre elas, a Aurora, a Salton e a Garibaldi, grandes empresas do ramo de vinho e suco de uva em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul. Só nessas fazendas foram 200 trabalhadores.

Logo jogaram a responsabilidade para a empresa terceirizada e, como a cara de pau não tem limites, soltaram notas repudiando o que aconteceu em suas...propriedades. A associação dos empresários não repudiou e ainda atribuiu essa situação à "falta de mão-de-obra" na região.

E não para por aí. A Polícia Militar acobertava e alguns policiais participavam das sessões de tortura contra os trabalhadores. O governador Eduardo Leite ficou no "vamos apurar".

O vereador Sandro Fantinel de Caxias do Sul foi além e apoiou abertamente as empresas. Disse ele "Temos que botar eles em um hotel cinco estrelas para não termos problema com o Ministério do Trabalho?"

Nós respondemos que sim, é o mínimo de conforto que trabalhadores merecem. E também dizemos que esses empresários, os policiais e

O CAPITALISMO QUE

ABALA

O terremoto que abalou o norte da Síria e o sul da Turquia deixou mais de 50.000 mortos e cerca de vinte milhões de pessoas foram afetadas, segundo a OMS. Este resultado não deve ser explicado apenas nas condições geológicas da placa tectônica da Anatólia, mas nas falhas geopolíticas e sociais da região. Ou seja, o impacto dessas catástrofes é atravessado por conflitos sociopolíticos e regulações de mercado.

É sabido que as cidades estão em zona sísmica. Logo, os edifícios deveriam ser construídos para resistir aos movimentos das placas tectônicas. O pano de fundo do terremoto que aconteceu em 1999, que deixou 17.000 mortos e milhares de feridos, explica por que os prédios caíram como uma torre de cartas.

Desde então, apesar das leis que impõem construções especiais para o caso, há denúncias de que o governo faz vista grossa no uso de materiais baratos nas obras civis. Como consequência, são as classes populares as primeiras a sofrer uma catástrofe desta magnitude.

Um exemplo é o sul da Turquia. Com um forte crescimento da construção de prédios nos últimos anos sob a gestão do presidente Erdogan, a maioria das empresas de construção está ligada a figuras de seu governo.

Este cenário mostra que as mortes, os feridos e o sofrimento de milhões que ficaram desabrigados pelo terremoto é resultado do descaso empresarial e dos interesses capitalistas. Uma catástrofe capitalista e quem paga são as classes populares com suas vidas.



esse vereador já deveriam estarem presos por esse crime contra a humanidade.

Outras medidas são: o confisco das terras, colocando-as sob controle dos trabalhadores, e a desapropriação das fábricas e bloqueios das contas bancárias para garantir a indenização aos trabalhadores.

"A JUVENTUDE DE ESQUERDA RADICAL NECESSITA REPAGINAR-SE PARA VOLTAR A OCUPAR ESPAÇOS"



A juventude brasileira é um dos setores mais atingidos pela crise econômica e social. O desemprego, a precariedade do trabalho, uma escola que oprime e a incerteza sobre o futuro.

Na História brasileira quando a juventude sai às ruas o sistema treme. São vários exemplos, como a luta contra a ditadura militar, as “Diretas já” e o “Fora Collor” com a geração caras-pintadas.

Nesse momento da crise, mais do que nunca, se faz necessário a retomada das lutas, pelas reivindicações atuais e também para construir um futuro.

Na tentativa de compreender esse processo, entrevistamos a jovem Isabella Marques, do Rio de Janeiro.

Isabella, como você vê a situação da juventude atualmente?

Jovens militantes têm causado muita preocupação para militantes mais antigos/as e que atuaram na linha de frente da luta por direitos. Havia, ao longo do século XX, muitas manifestações políticas regidas e organizadas por universitários/as, em sua maioria jovens, nas ruas do país.

Mas, para compreendermos a juventude da atualidade precisamos analisar seu desenvolvimento histórico baseado na materialidade, precisamente no que consideram política e, posteriormente, o fazer política.

O que observamos acerca dos/as atuais jovens é que há três subdivisões quanto a formação ideológica: uma parcela que é militante e de esquerda radical, outra que vive à mercê de propagandas políticas da burguesia e uma outra parcela que é de extrema-direita.

E quais as perspectivas da juventude nessa sociedade capitalista?

Com isso, após a ascensão política da extrema-direita, a juventude de esquerda radical voltou sua atenção para maior participação política e também foi massacrada por falácias ideológicas. A necessidade de se repaginar e de se comunicar com mais pessoas não permitiram uma boa

execução desse plano. Ainda hoje a juventude de esquerda radical tem dificuldade de usar uma linguagem informal que dialogue com a população e que reduza o abismo existente.

Na medida em que a extrema-direita consegue se comunicar e disseminar seus ideais referentes à violência, o racismo, o machismo, etc. observa-se a falta de esperança em possíveis mudanças para a maioria da juventude, afetando diretamente a de esquerda radical e até a formação de futuros/as revolucionários/as.

Por conseguinte, a juventude de conjunto – que apenas recebe notícias e possui uma defasagem no senso crítico por, principalmente, ter uma condição de vida e uma Educação precarizadas – tem servido de ‘joguete’ nas mãos da burguesia, que busca desumanizar sua existência e dominar sua consciência para que não tome conhecimento da luta de classes.

Concorda que, em parte da juventude, há uma descrença na militância e até na Revolução? É possível superar essa situação?

Dessa forma, é necessário pensar que esta precarização se apresenta de forma proposital como investimento da burguesia, já que é esta que rege a democracia liberal. Como resultado disso e conforme apresentado na Pesquisa *Millennials*, forma-se uma juventude frustrada com o seu envelhecer, a caminho da miséria e da servidão.

Compreende-se, portanto, que o ato político de parcela dessa juventude é conseguir sobreviver nesses meios precários onde a qualidade de vida e a mudança de perspectivas são impensáveis.

Esses/as jovens não conseguem se ver como atuantes na história mundial de seu tempo, pois são tiradas até mesmo as possibilidades de vida.

Para além da sobrevivência, a compreensão do que é fazer política se limita às ações institucionais que sustentam a descrença da população

na ação política e tiram a ideia do ser homem/mulher ativos, de carne e osso para aplicar as realidades neoliberais e o discurso universalista de que “nada irá mudar, pois este é o único caminho”.

Esse pensamento busca limitar a juventude, afastá-la dos movimentos de esquerda radical e aproximá-la de ideias reformistas, que após ascender novamente ao poder investem em programas de inclusão de jovens nos meios culturais.

E como se organizar?

A ausência de conteúdos da esquerda-radical na internet fez com que a extrema-direita alcançasse um número significativo de jovens que estavam formando sua concepção política, e que acreditam que a ideologia capitalista é o caminho a ser seguido.

Entretanto, essa realidade vem impulsionando jovens de esquerda radical a se organizarem não somente nas ruas, mas nas redes sociais também, uma vez que o meio digital é muito utilizado entre a atual juventude de conjunto. Em contrapartida, a rede social não pode ser considerada por esta juventude a única forma de combate ao sistema capitalista, principalmente quando se trata da classe trabalhadora de conjunto, que em todos os momentos históricos conquistou direitos básicos por meio da luta e do enfrentamento.

Dessa maneira, a juventude de esquerda radical necessita repaginar-se para voltar a ocupar espaços além dos que a cerca e promover atividades culturais em pequenas células, encontros em lugares periféricos e chamados às lutas e às ruas para os jovens de conjunto e marginalizados/as que sofrem descasos, são violentados/as todos os dias pela “democracia” liberal e são excluídos/as das discussões políticas para impossibilitar principalmente que se enxerguem como classe trabalhadora.

GOVERNO LULA: E OS AVANÇOS?

Aos poucos Lula está construindo a governabilidade, com o apoio da grande burguesia e do movimento social (com cargos para o MST e sindicalistas). Até mesmo o “véio da Havan” maneirou no discurso.

Um setor do agronegócio ainda resiste, mas com a ampliação das relações internacionais e da agenda ambiental (que ampliam o mercado de grãos), o jogo deve virar.

É CEDO PARA OS TRABALHADORES COBRAREM DIREITOS DO GOVERNO LULA?

O governo Bolsonaro foi tão ruim que “qualquer coisa” que se faça é melhor. Mas, como esquerda, “qualquer coisa” é suficiente? Ou buscamos o necessário para uma vida decente?

A fome, o desemprego, pessoas em situação de rua, a morte dos Yanomamis e o desmatamento, etc. não podem esperar. Queremos uma vida digna agora! É o mínimo para uma classe que produz toda a riqueza do país.

Se os ricos, banqueiros e especuladores continuam ganhando tudo, porque os trabalhadores devem esperar que os direitos venham a contagotas? Não vimos o governo pedir para banqueiros zerarem os juros, as empresas diminuírem a jornada de trabalho e aumentarem os salários, revogar as reformas previdenciária e trabalhistas, etc.

E sem falar que a crise é criada pelos ricos. Eles que paguem!

AVANÇANDO IGUAL ANDAR DE BICHO PREGUIÇA

O bicho-preguiça é o animal mais lento da natureza e tem sido assim os primeiros meses do governo Lula. As promessas de campanha vão se perdendo, às vezes esquecidas mesmo e outras bem aquém do prometido. Tudo muito lento.

A ideia de ir “avançando lento e gradualmente” por dentro do sistema não tem a menor chance de avançar para conquistas para a classe trabalhadora. Na verdade, o “lento e gradual” é deixar as coisas como estão.

Eis os “avanços” no governo Lula:

Salário mínimo: Lula e até alguns ativistas comemoram o aumento de 18 reais no salário-mínimo (R\$ 1320,00 e só em maio), suficiente para comprar apenas 1,6 cesta básica. E o aluguel, o lazer, o vestuário, etc.?

E não podemos esquecer da reivindicação histórica de o salário-mínimo ser o calculado pelo DIEESE, hoje em R\$ 6.641,58.

A **Tabela do imposto de renda** é uma demonstração de como a carga tributária no Brasil recai sobre os mais pobres. Congelada desde 2015, hoje, quem ganha acima de R\$ 1.908 já paga o imposto.

Outra injustiça é os maiores salários (juízes, procuradores, promotores, executivo) pagarem 27,5%, o mesmo que muitas categorias de trabalhadores. Antes essa turma pagava 35%.

A proposta de Lula valerá a partir de 2024 e isentará quem ganha até R\$ 2640,00. É um reajuste de 38,66%, bem longe dos 148% necessários para recompor os valores de 1996 (último reajuste integral), ou seja, que quem ganha até R\$ **4.683,95 não pagaria o imposto.**

PETROBRÁS E POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

O caso da Petrobrás e da política de preços segue a mesma lógica. A interrupção das privatizações foi uma conquista da luta e pressão dos petroleiros, mas não houve nenhuma mudança na política de preços dos combustíveis, uma das principais promessas na campanha eleitoral. Para Lula “*Bolsonaro não teve coragem de mudar a política de preço do combustível*” (folha de SP). Lula também não mudou.

Na campanha eleitoral, Bolsonaro e Paulo Guedes retiraram os impostos federais e reduziram o ICMS (que é estadual), protegendo os acionistas milionários e repassando os custos para o cofre público, um valor estimado em R\$ 130 bilhões. Medidas criticadas pelo PT, pela FUP, a federação dos petroleiros ligados à CUT.

De fato o preço caiu nos postos, mas foi pela redução do preço do petróleo no mercado internacional: em 2022 a média foi de U\$ 101 dólares o barril e em 2023 a tendência é cair



para 83 dólares. Uma situação que dá fôlego para o governo Lula. Mas, como se expressou a FUP, “*Isso quer dizer que, caso o preço do barril de petróleo ou a cotação do dólar subam, é possível que os preços nos postos sejam reajustados antes mesmo do repasse da desoneração*”.

No fechamento dessa edição, Lula decidiu retomar os impostos federais. Resultado: aumenta o preço dos combustíveis e segue a mesma política de preços dos combustíveis. Também foi anunciado o lucro de R\$ 180 bilhões, maior parte será distribuída aos acionistas. E quem paga é o povo.

DISCURSA CONTRA O MERCADO, MAS NÃO O COMBATE

Lula andou atacando o mercado de ganancioso, mas sem medida concreta contra esse “deus”, um poder “invisível” e responsável pela desigualdade social, pelo enriquecimento de uns e pobreza de muitos.

Para a burguesia e sua mídia, o mercado é uma entidade misteriosa e até parece ter sentimentos humanos e, por isso, precisamos agradá-lo, nos sentir intimidados e ter cuidado com ele, pois nossas vidas dependem dele. Pedem que nos sacrifiquemos para ele se acalmar e não nos fazer mal, ou seja, tudo gira em torno do mercado.

O mercado controla a dívida pública -quase 50% do orçamento-, domina as políticas fiscais e defende o teto dos gastos públicos e a privatização, entre outras. Por isso, ele deve ser combatido e não só criticado.

Lula não é contra o mercado, se ilude que pode ter algum controle. A dívida pública deixou de ser paga? As privatizações foram canceladas?

A crítica aos juros altos não foi acompanhada de ações práticas contra os especuladores. Essa crítica não tem nada revolucionário, pois vários economistas liberais, como Lara Resende, fazem a mesma crítica ao método de combater a inflação pelo aumento da taxa de juros.

ANDES-SN SE DESFILIA DA CSP-CONLUTAS, QUE SE ENFRAQUECE AINDA MAIS



O 41º Congresso do Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional deliberou pela desfiliação da CSP-Conlutas. Os que defenderam a desfiliação apontaram que diante da atual conjuntura política do país, em particular, “com o avanço do fascismo” (principalmente, depois de 08 de janeiro), seria um momento delicado continuar filiado à CSP-Conlutas.

Essa votação é uma expressão de um processo social mais profundo: as ilusões que os setores médios de trabalhadores e uma ampla camada de ativistas têm no governo Lula. Entretanto, sabemos que essas ilusões são frágeis. O governo de Frente Ampla de Lula, constituído pelo PT, Aleckmin, Marina Silva e por Simone Tebet, não romperá com os contratos, com as grandes corporações e continuará o impagável pagamento da dívida pública aos bancos e especuladores.

Uma política que, em resumo, não resultará em concessões aos professores do ensino superior federal, nem aos servidores de conjunto e nem à classe trabalhadora mais explorada. Muito pelo contrário.

Em algum momento vai surgir o descontentamento social e a esquerda precisa se preparar para ele não ser aproveitado pela extrema-direita ou por setores burgueses liberais que estão fora do governo.

A CSP-CONLUTAS NÃO SE AFIRMOU COMO UM POLO ALTERNATIVO E DE COMBATE À EXTREMA-DIREITA

Ao analisarmos as motivações internas de um sindicato de peso do funcionalismo federal e que era um dos principais da CSP-Conlutas tomou esta decisão, não podemos deixar de mencionar os problemas no interior desta última. Lembrando que a CONLUTAS surgiu em 2004, um racha extremamente progressivo da CUT, que se tornara central chapa branca do primeiro Lula e apoiara

a nefasta II Reforma da Previdência.

No início conseguiu atrair importantes sindicatos e oposições sindicais (ainda que minoritários), mas a burocratização da CONLUTAS foi ganhando força. Já no Congresso de 2006, a sua direção majoritária, dirigida pelo PSTU, optou por construir um aparato sindical, uma nova central, sob o seu controle.

Esta burocratização se concretizou no CONCLAT de 2010, congresso para unificação com a Intersindical. A polêmica principal e que causou o racha foi sobre o nome desta Central (Central Sindical Popular ou Central Sindical Popular -CONLUTAS). Entre 30 e 40% dos delegados romperam com o Congresso. Esse debate era a aparência, pois de fundo se tratava de uma discussão aparatista e oportunista, tanto do PSTU quanto da minoria que rompeu.

Enfraquecida, justamente no momento em que crise estrutural do capital começou a bater com força no Brasil, a CSP-CONLUTAS, não conseguiu se colocar como alternativa real aos protestos populares, primeiro de 2013/14 e depois de 2015/16, que culminaram no impeachment da Dilma e estão na base do surgimento da extrema-direita de massas.

A derrota de metroviários em 2014, a ofensiva da direita e da extrema-direita, os ataques sobre a classe trabalhadora, o fortalecimento da Operação Lava-Jato; o impeachment e a ascensão de Temer, a Reforma Trabalhista de 2017, a vitória de Bolsonaro em 2018, a Reforma da Previdência, foram momentos decisivos na luta de classes nos quais a central não conseguiu avançar, pelo contrário, seguindo a política do PSTU, chegou a defender um “Fora Dilma”, mesma política da direita e dos defensores da Lava-Jato, agitando o “Fora todos!”. Assim, a CSP-CONLUTAS se mostrou mais um aparato superestrutural do que

um organismo vivo. Mesmo com a importante Greve Geral de 2017 não se consolidou como alternativa.

Além disso, frente à desindustrialização e desemprego no setor fabril, a CSP-CONLUTAS, que tem como principal sindicato o de Metalúrgicos de São José dos Campos, acabou se rendendo a um sindicalismo de resultados frágeis. Nos recentes acampamentos da extrema-direita, em final de 2022, nem apareceu, quando até torcidas organizadas tiveram respostas mais contundentes.

UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA PARA ENFRENTAR OS FUTUROS ATAQUES DO CAPITAL E A EXTREMA-DIREITA

Com certeza não será, como alguns propõem no ANDES-SN, se aliando às entidades sindicais burocráticas e degeneradas, como a CUT, correias de transmissão do governo e dos seus ataques. Porém, insistir na construção de novos aparatos sindicais e burocracias, se mostrou novamente uma política falida. Assim foi com a CSP-Conlutas, como também com as duas Intersindicais. Portanto, é preciso recompor, um campo de luta por fora da esfera governamental, incluindo aí a própria CSP-Conlutas, setores das Intersindicais, o PCB e os milhares de ativistas que podem se animar com um processo de base e democrático.

É necessário que este campo político prepare plenárias de base nos locais de moradia, trabalho e estudo, organizando todos os setores do movimento social, para construir a unidade e a luta pelas reivindicações, como a anulação das reformas, direitos sociais aos trabalhadores precarizados, congelamento de preços e tarifas, salário-mínimo do DIEESE, etc. Somente pela base, poderá se organizar os explorados para enfrentar não somente a extrema-direita, mas também o capital e os seus governos de turno.

DERROTAR O NOVO ENSINO MÉDIO, PARTE DA CONTRARREFORMA DO CAPITAL

A Reforma do Ensino Médio, uma espécie de contrarreforma reacionária, aprovada em 2017 pelo governo Temer/Congresso foi aplicada pelo governo do genocida e segue sendo aplicada por governadores e prefeitos de todo o país.

O retrocesso evidente e o fracasso (onde tem sido aplicada a todo vapor) têm feito crescer o sentimento e a necessidade de revogação dessa Lei 13.415/17, que começou a valer a partir de 2022.

Dentre as mudanças do Novo Ensino Médio (NEM) estão o currículo “flexibilizado”, o aumento da carga horária almejando ensino de tempo integral, de opções de matérias para escolha do estudante (até mesmo profissionalizantes), o que demonstrariam sua “maior autonomia”, etc. Nada mais fantasioso na aplicação real no chão das escolas de todo o país.

Entre tantos limites e falcatruas, esse NEM acumula os mais graves problemas: Um desses é que as opções de matérias, chamadas de “itinerários formativos”, na maioria das vezes não estão disponíveis aos alunos; outro é o distanciamento da realidade de cada comunidade escolar; mais um outro desses problemas é que os governos não fornecem condições para que as escolas ofereçam o amplo cardápio prometido na propaganda dessa contrarreforma como, por exemplo, o itinerário Educação Financeira Sustentável – Matemática aplicada.

A aplicação desse ‘novo’ modelo trouxe um cenário desolador para parte da comunidade escolar: Aumenta o trabalho e a jornada de professores (sem aumento de salário), despreza a formação universitária de professores e para os alunos, empobrece o currículo e o conhecimento dos estudantes com apenas duas disciplinas como ‘obrigatórias’ (português e matemática) e o antes

chamado “mundo do trabalho” torna-se a “realidade empreendedora”.

E O CONHECIMENTO...

Não há justificativa razoável para a retirada ou redução drástica de disciplinas como filosofia, sociologia, química ou artes da grade curricular, especialmente porque se combina com formações precárias: curta duração, aulas por videoconferência, disciplinas criadas na concepção e no conteúdo sem qualidade científica, etc. Tudo para uma real destruição da qualidade de mais esse serviço público, objetivando privatizar e entregar a Educação para grandes empresas até mesmo de fora do ramo educacional, etc.

Destaca-se a ausência de consultas e debates ao conjunto dos profissionais de Educação, estudantes e entidades representativas sobre essa Reforma e nem sobre sua efetivação nas unidades escolares, apenas algumas consultas virtuais para justificar uma lei de costas para uma Educação de qualidade para o conjunto da classe trabalhadora, os mais pobres em especial.

Assim, precisamos revogá-la e construirmos um projeto de Educação que garanta o processo de democratização, acesso, permanência, qualidade e informação para nossa juventude.

Como afirmado pelo professor Fernando Cássio (UFABC), em entrevista ao site Opera, as promessas à juventude brasileira não foram cumpridas, pois não houve a ampliação da rede física de escolas, nem contratação de profissionais ou mesmo políticas de permanência estudantil na

Educação básica para os estudantes do período noturno em escolas que se tornaram de tempo integral. Nenhum tipo real de investimento.

Esse modelo do NEM tem baixa qualidade e baixo custo, para a alegria dos gestores em todas as esferas de poder. O professor Fernando

cita que no Paraná “*estudantes do Ensino Médio estão assistindo a ‘cursos técnicos’ ministrados por professores de uma faculdade privada e transmitidos via aparelhos de TV instalados nas escolas*”. No mesmo sentido, em São Paulo “as aulas são dadas por professores de escolas técnicas privadas contratados via terceirização”.

Logicamente, como parte da visão ultraliberal para a Educação, os estudantes das escolas públicas estão sendo preparados para um mundo do desemprego, do trabalho desregulamentado, uberizado, de profissões de baixa complexidade e que insiste na falácia de empreendedorismo para todos os capazes. Assim, se barateia a Educação escolar dos mais pobres, com pessoas que sabem calcular e escrever apenas o mínimo necessário e se cria uma mão de obra ‘adequada’, com espírito de colaboração e pouca crítica.

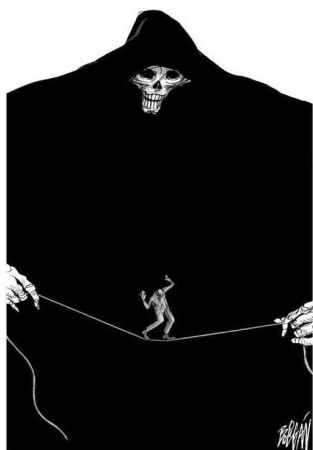
É RUIM E NÃO TEM COMO MELHORAR

A revogação imediata desse NEM é necessária, não apenas pequenas modificações como pretendidas pelo governo de Lula. Enquetes e divulgações, no espírito do governo Bolsonaro, foram apagadas após uma onda de críticas. A possibilidade de ‘revisão’ é tudo que governadores e os empresários do setor têm disposição no diálogo. Em entrevista à Revista Veja, o ministro Camilo Santana afirmou ser a favor de “*avaliar os resultados desse modelo*” evitando qualquer “*filtro ideológico que ofusca a visão*”. Para o ministro parece que as diretrizes ultraliberais do NEM devem ser “sem ideologia”.

☛ Fim do Novo Ensino Médio! Revogação já!

☛ Por um ensino público, gratuito e de qualidade que combine os vários tipos de ciência, cultura, tecnologia e preparação emancipatória para o trabalho!

☛ Por amplos investimentos nas estruturas escolares e por condições de estudo! Por condições de trabalho e salários dignos aos profissionais da Educação!



LUTA CONQUISTA DIREITOS PARA MULHERES E POPULAÇÃO TRANS NA ESPANHA

Neste mês de fevereiro de 2023, o parlamento Espanhol aprovou importantes avanços para as relações entre os gêneros na Espanha. Desde o ano passado a coalizão de forças do PODEMOS e dos socialistas buscavam regularizar a Licença Menstrual, ampliar o direito ao aborto e proteger a população transgênero.

Especialmente com relação à autodeterminação de gênero, o debate foi intenso. O Partido Socialista tem divergências com o PODEMOS, autor da iniciativa da chamada “Lei Trans”. Fora do campo da Esquerda, também há polêmica: um setor das feministas considera que as mulheres (para elas apenas as cisgêneros são dignas de serem tratadas no feminino) perdem espaço na sociedade com a nova lei.

O QUE FOI APROVADO NA ESPANHA

Em 16 de fevereiro foi aprovada pelo Congresso Espanhol a lei que permite que as mulheres que comprovarem estar sentindo forte mal-estar durante seu período menstrual possam se ausentar do trabalho. Essa medida torna a Espanha o primeiro país europeu a reconhecer esse direito.

Japão, Zâmbia, Taiwan, Coreia do Sul e Indonésia são países orientais que reconhecem em lei a necessidade de a mulher repousar em alguns casos quando está menstruada, mas isso não garante que o descanso será remunerado. Em tempos de Neoliberalismo o patrão tem todo o apoio para solicitar a compensação do período não trabalhado.

Na Zâmbia, a lei é de 2017 e recebeu o nome de Dia das Mães. Ela é extensiva a todas as mulheres, tenham elas filhos ou não. Sem necessidade de comprovação, a mulher pode avisar que não tem condições físicas de ir ao trabalho. Apesar do direito garantido no papel, com o reconhecimento de que as mulheres são as cuidadoras de outras pessoas na sociedade, no entanto, como na cultura do país é tabu falar em menstruação, a maioria das mulheres não pensa em utilizar a lei.

O Japão garante este direito desde 1947, porém muitas japonesas nem têm conhecimento disso. Falar sobre menstruação é um assunto privado nessa cultura também. Até os anos 60, o número de mulheres que utilizava a licença era maior tanto no Japão quanto na Coreia do Sul.

Países como China e Índia também avançam nesse sentido, enquanto nos Estados Unidos nem se fala no tema, que é controverso pois há feministas que consideram que por trás do direito há o entendimento de que mulheres são menos capazes que os homens. As dificuldades pelas quais as mulheres passam dentro de um modelo econômico que beneficia os homens são discretamente valorizadas em países onde há maior demarcação das diferenças entre os gêneros e permanece imperceptível no Ocidente.

DIREITOS REPRODUTIVOS NA ESPANHA

A Espanha aprovou também a distribuição de absorventes e itens de higiene nas escolas e para mulheres detidas ou em situação de vulnerabilidade.

O Tribunal Constitucional Espanhol rejeitou um recurso do Partido Popular, conservador, contra a Lei que autoriza o aborto nas primeiras 14 semanas de gestação. Indo além, o país estendeu o direito para que mulheres a partir dos 16 anos abortem sem autorização dos pais ou companheiros. Acesso a contraceptivos e educação sexual também estão previstos.

Desde 1985, durante o governo do Partido Socialista Operário Espanhol, o aborto já estava legalizado na Espanha. A partir de agora, a mulher não receberá informações de alternativas ao procedimento.

POLÊMICA EM TORNO DOS DIREITOS DAS PESSOAS TRANS

Com o objetivo de eliminar o caráter patológico atribuído à transidentidade, a lei proposta pelo PODEMOS que permite maiores de 16 anos mudarem seu nome e a menção relativa ao seu sexo nos documentos sem necessidade



de atestado médico de disforia de gênero, também foi aprovada.

Algumas feministas alega que haverá uma desvalorização da mulher com a autodeterminação de gênero. Partindo do princípio de que o sexo é somente biológico, as feministas se opõem ao que consideram ser homens se beneficiando da condição de se tornarem mulheres. Lola Venegas, da Aliança contra o Apagamento da Mulheres, é uma defensora da ideia de que juridicamente as pessoas trans não existem.

O Partido Socialista, do presidente Pedro Sánchez e aliado do PODEMOS, também apresenta divergências com a lei: tentou incluir uma emenda exigindo o aval judicial para o caso de pessoas com 14 e 15 anos que tenham o apoio de seus tutores para mudar de gênero, mas não conseguiu. A autorização judicial faz-se necessária apenas para adolescentes de 12 e 13 anos.

Ainda há muito para avançar com relação aos direitos de transgêneros. O posicionamento desse setor de feministas espanholas de que as mulheres trans terão vantagem nos esportes precisa, para ser rebatida, de um amplo debate. Aqui no Brasil manifestações transfóbicas contra atletas transgêneros femininos acontecem justamente com o argumento de que teriam passado pela puberdade masculina.

A dispensa de cirurgia de redesignação sexual por parte das leis espanholas é, sem dúvida, um progresso dentro de terreno tão delicado. Além disso, a autoidentificação na adolescência e um procedimento correto; na infância, por volta dos cinco anos, o ser já se manifesta.

Ainda que estes debates sobre opressões sejam importantes, eles são limitados, porque estão dentro do sistema capitalista

MOBILIZAÇÕES E LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA NA FRANÇA E INGLATERRA

Como informamos no final de 2022, a crise estrutural do capital atinge todos os países do mundo, e como vimos, diversas mobilizações da classe trabalhadora iniciaram na Europa, um dos pilares desse sistema.

Agora no início do ano, na França e na Inglaterra essas lutas retomaram com força para enfrentar os ataques que os capitalistas querem impor aos trabalhadores.

A LUTA CONTRA A REFORMA DE PREVIDÊNCIA DE MACRON

O presidente francês quer aumentar o tempo de contribuição para a aposentadoria de 62 para 64 anos em 2030, além de aumentar o tempo de contribuição de 42 para 43 anos em 2027, para acesso ao benefício integral. O discurso é claro, sempre de que se não fizer mais esse ataque aos trabalhadores, a “economia quebra”.

Em resposta, diversos setores de trabalhadores realizaram alguns dias de manifestações e Greve Geral pelo país. Iniciaram no dia 19/01/2023 com mais de 642.500 pessoas em diversas cidades francesas; no dia 31/01/2023, em uma nova onda de mobilizações, esse número saltou para 1.300.000 grevistas (segundo a polícia), ampliando o número de cidades paralisadas e em setores em luta.

Em setores estratégicos como as refinarias, a greve atingiu um valor de 80%, no setor de eletricidade tivemos uma taxa de grevistas de 40%, entre ferroviários e metroviários atingiu 36%, na Educação, a taxa de paralisação alcançou 65% dos professores do Ensino Médio. Oito dos maiores sindicatos franceses e cinco organizações estudantis seguem nessa pressão e já se organizam para mais manifestações em março.

O próprio parlamento francês recebeu essa pressão das ruas e o texto desta reforma foi posta em votação se deveria ser retirada da pauta, mas manteve-se com 292 votos contra 243.

Nas ruas, a população ainda

enfrenta a burocracia sindical, visto que a Intersindical, central que aglutina diversos sindicatos, já se manifestou contrário a realização de uma greve indefinida, diferente de alguns sindicatos que já apontam esse caminho, como a CGT Ferroviários, o Sud Rail na SNCF (empresa pública ferroviária) e a RATP Intersindical (empresa de transporte parisiense) que já apontaram a greve indefinida, enquanto o governo não mostra qualquer sinal de mudança de seu projeto de Reforma da Previdência.

Continuemos acompanhando e em solidariedade à luta da classe trabalhadora francesa!

ESCALADA DE LUTAS NO REINO UNIDO CONTRA OS BAIXOS SALÁRIOS!

Junto do falecimento da rainha britânica, morreu a estagnação dos trabalhadores daquela região, desde o ano passado, iniciaram processos de luta que ganharam força este ano.

Esse ano, os trabalhadores do Reino Unido realizaram a maior Greve Geral da década no dia 01/02/2023, com participação de professores, funcionários públicos e dos serviços de transporte público.

Entre as principais reivindicações dos trabalhadores são:

-Aumento salarial acima dos 5% apresentado pelo Governo aos professores;

-Equiparação dos salários com a alta da inflação no Reino Unido;

-Correção dos valores salariais - segundo os sindicatos, a remuneração média dos funcionários públicos piorou em 203 libras (mais de R\$1.500,00), na comparação com 2010 e com o custo de vida atual. A inflação detona os salários.

A negociação permanece, mas diversos outros setores já se mostraram dispostos a engrossar essa luta como a categoria de **Enfermagem** que deu um indicativo

de greve; os **trabalhadores dos serviços de ambulâncias** também realizaram algumas paradas em fevereiro; os **ferroviários** que já anunciaram diversas paradas nos próximos dias; os **carteiros** também estão em mobilização para defender a parada da categoria; **trabalhadores de mais de 150 universidades e professores do Ensino Médio** na Inglaterra, País de Gales e Escócia também pararam e anunciaram novas paradas e os **metroviários** também já anunciaram que irão parar em março.

Obviamente, não está fácil unir tantas categorias, muitas mobilizações ocorrem dispersas e sem unidade, bem como a burocracia sindical também dificulta e alguns líderes sindicais já apresentam discurso de não realizar outra Greve Geral que poderia dificultar as negociações, o que levou a diversos conflitos de bases contra esses burocratas.

Não bastasse, o Governo se mostra resistente às demandas dos trabalhadores, enquanto anuncia um gasto de 100 milhões de libras para a coroação do Rei Charles III, marcada para 6 de maio, um disparate contra a necessidade dos trabalhadores em receberem salários mais adequados, enquanto o Governo gasta dinheiro com essa ultrapassada família real, sanguessuga do dinheiro do povo.

Ainda assim, aponta-se para que em 15 de março tenhamos uma nova Greve Geral com boa participação da classe trabalhadora e vários setores se organizando para participar e pressionando seus sindicatos! Viva a luta da classe trabalhadora do Reino Unido!

